



NEGÓCIOS E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

Defensores treinados para promover e defender direitos humanos em ambiente de negócios

- Capacitar os defensores de direitos humanos a compreender melhor o ambiente geral de negócios e direitos humanos, dotando-os de mecanismos necessários para promover a responsabilidade corporativa e lidar com casos de abusos e violação de direitos humanos foi o principal objectivo do treinamento organizado pelo CDD, em parceria com o Centro de Formação Jurídica e Judiciária (CFJJ), a Rede dos Defensores de Direitos Humanos de Moçambique (RMDDH) e a SouthernDefernders. O treinamento que decorreu nos dias 12 e 13 de Abril na cidade de Nampula contou com a participação de organizações internacionais, como o *Fund for Peace* e a *Chatham House*.





No treinamento intitulado “Reforço da Agência de Defensores de Direitos Humanos no Norte de Moçambique”, os defensores de direitos humanos foram ainda treinados a utilizar os espaços judiciais para que estejam mais preparados e actuates na prevenção de abusos e violação de direitos humanos no ambiente de negócios e de direitos humanos em geral. Os beneficiários da formação aprenderam sobre padrões e estruturas internacionais que orientam a responsabilidade corporativa e os direitos humanos, incluindo os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos. Os palestrantes enfatizaram o papel dos defensores de direitos humanos na defesa da responsabilidade corporativa e da protecção dos direitos humanos no sector extractivo.





O Director Provincial da Justiça em Nampula, **Raul Cachimo**, falou da importância do treinamento na consciencialização sobre a necessidade de promoção e protecção de direitos humanos. “O Estado tem a responsabilidade de proteger os direitos de todos os cidadãos em Moçambique. Precisamos de fazer cumprir as leis e regulamentos que protegem os direitos humanos e garantem que todos os cidadãos sejam tratados de forma justa e igual. A nossa participação em eventos desta natureza insere-se nos esforços do Governo de melhorar cada vez mais a situação de direitos humanos em Moçambique”.



Chris Vandome, pesquisador da Chatham House, falou da relação entre negócios e direitos humanos e enfatizou a necessidade de as empresas defenderem os direitos humanos como parte de sua responsabilidade corporativa. Chris Vandome acredita que os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos fornecem uma estrutura para as empresas cumprirem com a sua responsabilidade de respeitar os direitos humanos. “Os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos representam uma mudança significativa na maneira como as responsabilidades das empresas em relação aos direitos humanos são vistas e gerenciadas, passando da filantropia para a responsabilidade”.

Além disso, Vandome destacou os Princípios Voluntários sobre Segurança e Direitos Humanos e o papel que a Chatham House tem na sua promoção. “Os Princípios Voluntários foram criados para orientar as empresas nos seus esforços para garantir a segurança de seus trabalhadores e suas operações em áreas de conflito. A Chatham House desempenhou um papel vital na formação dos Princípios Voluntários e continua a promovê-los por meio da pesquisa e engajamento com empresas, governos e sociedade civil”.



Paul Turner, do Fund for Peace, fez notar o progresso feito globalmente no reconhecimento da responsabilidade das empresas em proteger os direitos humanos e a importância de integrar os direitos humanos nas práticas comerciais. “O progresso global que temos visto em negócios e direitos humanos é uma prova do crescente reconhecimento da responsabilidade das empresas de respeitar os direitos humanos e da necessidade de integrar os direitos humanos nas práticas comerciais”.

O Fund for Peace desempenha um papel importante na promoção de espaços de reflexão sobre a situação dos direitos humanos, bem como do diálogo e engajamento entre as partes interessadas. “No Fund for Peace, promovemos espaços para reflexão e debate sobre a situação dos direitos humanos, o que é essencial para facilitar o diálogo e o engajamento entre as partes interessadas”.



Meamande Wamukwamba, da SouthernDefenders, defendeu a importância do reconhecimento do trabalho dos defensores de direitos humanos na promoção de boas práticas nos negócios. “Os defensores de direitos humanos desempenham um papel crucial na promoção de boas práticas de negócios, garantindo que as empresas do sector extractivo respeitem os direitos humanos de seus funcionários, clientes e das comunidades em que operam”.

Apesar do progresso feito a nível global no reconhecimento da responsabilidade das empresas do sector extractivo na protecção dos direitos humanos, ainda existem muitos casos de abusos de direitos humanos na África Austral. “Devemos continuar a trabalhar incansavelmente para promover e proteger os direitos humanos, garantindo que as empresas respeitem os direitos humanos e que os defensores dos direitos humanos possam realizar seu trabalho sem medo de perseguição.”



O Presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos, **Luís Bitone**, referiu que as Directrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para Empresas Multinacionais constituem uma ferramenta importante que as empresas podem usar para garantir o respeito pelos direitos humanos em suas operações e fornecem uma estrutura para lidar com os impactos negativos sobre direitos humanos.

Bitone explicou que Moçambique está a enfrentar desafios relacionados com abusos de direitos humanos no contexto de negócios, incluindo a expropriação de terras, deslocamento forçado das comunidades e degradação ambiental. “Mecanismos nacionais e internacionais, como os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Negócios e Direitos Humanos e as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, podem ser usados para trazer novas soluções para as crises que enfrentamos em Moçambique e para responsabilizar os megaprojectos por abusos de direitos humanos”.



Sheila Nhacale, coordenadora da RMDDH, centrou a sua intervenção explicando o trabalho dos defensores de direitos humanos na promoção e protecção dos direitos humanos em Moçambique. Qualquer cidadão que luta pelos direitos dos outros é um defensor dos direitos humanos. O papel dos defensores de direitos humanos é defender os direitos humanos e responsabilizar os que estão no poder pelas suas acções”. Sheila Nhacale discutiu a situação dos defensores de direitos humanos em Moçambique, lamentando os desafios por si enfrentados, que incluem ameaças, assédio, ataques, e a falta de protecção legal e apoio do Governo.

A coordenadora da RMDDH falou ainda da importância dos defensores de direitos humanos na promoção de boas práticas e defesa de direitos humanos no sector extractivo. “O sector extractivo é frequentemente associado a abusos de direitos humanos e degradação ambiental. Os defensores de direitos humanos podem desempenhar um papel crucial na defesa de direitos das comunidades afectadas e na promoção de boas práticas na indústria extractiva”.



O académico Amílcar Pereira, da Universidade Eduardo Mondlane (UEM), defendeu a necessidade de o Governo fazer cumprir as leis e regulamentos existentes e garantir que as empresas que operam no sector extractivo respeitem os direitos humanos. “Se o Estado falhar em defender os direitos humanos dos seus cidadãos isso criará uma situação perigosa. Precisamos responsabilizar o Estado pelas suas acções e garantir que os direitos humanos sejam protegidos. As empresas do sector extractivo e mineração têm a responsabilidade de respeitar os direitos humanos. Elas não devem contribuir para um clima de abusos de direitos humanos e dos direitos das comunidades locais”.



O Prof. Adriano Nuvunga, Director Executivo do CDD, contextualizou a situação dos direitos humanos no contexto de negócios em Moçambique, destacando os desafios enfrentados pelas comunidades que vivem perto das indústrias extractivas. “Esta formação é crucial para garantir que as vozes das comunidades afectadas sejam ouvidas e os seus direitos protegidos. Estas discussões são ainda importantes para garantir que os direitos humanos estejam na vanguarda de qualquer actividade comercial e que as comunidades não sejam afectadas negativamente”.

Os defensores de direitos humanos são chamados a lutar pelos direitos das comunidades que vivem nas proximidades dos projectos da indústria extractiva, bem como a dominarem os mecanismos judiciais nacionais e internacionais para proteger os seus direitos. “É importante capacitar os defensores de direitos humanos com conhecimento e ferramentas necessárias para defenderem os direitos das comunidades afectadas pela indústria extractiva”, afirmou.

A colaboração entre as várias partes interessadas, incluindo Governo, sociedade civil e sector privado é essencial para garantir que as empresas operem respeitando os direitos humanos e que as comunidades sejam protegidas de quaisquer impactos negativos.





INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beúla
Autor: Hélio Siteo
Layout: CDD

Contacto:
Rua Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
Telefone: +258 21 085 797

 CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: <http://www.cddmoz.org>

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

